

“RETRATOS DO SERVIÇO SOCIAL” : DILEMAS DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Rachel Gouveia Passos¹²

Introdução

Ao longo do artigo irá realizar-se uma breve exposição sobre a categoria trabalho e o serviço social a partir de três grandes autores de referência para o Serviço Social que estudam e produzem acerca da temática. São eles: Yamamoto, Netto e Lessa. Portanto, foi por meio da literatura elaborada e publicada por estes autores que foi realizada análise bibliográfica acerca desta temática, buscando promover o aquecimento do debate já existente, sintetizando de forma clara e didática as diferenciações teóricas entre os autores.

Cabe apontar, que para Yamamoto o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho enquanto um tipo de especialização do trabalho coletivo, sendo que ele se constituiu de forma determinada na história da sociedade brasileira. Em Netto, o

¹ Assistente Social; Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela ENSP/FIOCRUZ; Mestre em Política Social pela UFF; Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP. E-mail: Rachel.gouveia@gmail.com.

² O presente artigo foi apresentado como componente da avaliação final da disciplina “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social” cursada no Programa de pós-graduação em Serviço Social: política social e trabalho da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

autor vai relacionar o surgimento da profissão com um profundo enraizamento da realidade brasileira e do capitalismo monopolista. A partir de tais elementos ele defende a tese do sincretismo enquanto elemento da constituição do Serviço Social. Já para Lessa, o Serviço Social não é trabalho, pois não está vinculado diretamente com a transformação da natureza e por isso não geraria mais-valia, permanecendo apenas enquanto um dado complexo que organiza a reprodução social. Portanto, ficam aqui notas iniciais acerca dos dilemas da categoria trabalho no âmbito do Serviço Social, para que possamos refletir sobre esse debate e continuarmos avançando no processo analítico da divisão social e técnica do trabalho.

1. Trabalho e Serviço Social

Iniciamos a análise a partir de Yamamoto, que é quem inaugura o debate acerca do Serviço Social enquanto trabalho. Em seu livro "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil", Yamamoto (IAMAMOTO & CARVALHO; 2001:29) destaca que "a produção é uma atividade social", no qual os homens para produzirem e reproduzirem suas condições de existência estabelecem relações entre si e que são intermediadas pelo processo de produção. "Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica". (p.30) Para a autora, fundamentada em Marx, a produção social é histórica, e no cenário capitalista ela é uma produção capitalista.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da

vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX; 2008:47)

No processo de produção capitalista as condições materiais da existência humana e o estabelecimento das relações sociais ocorrem historicamente de forma determinada, perpetuando um dado modo de produção. Nesse sentido, não é apenas a forma de transformação das coisas materiais que é moldado, mas as ideias, os valores, as representações, ou seja, um modo de ser e de existir é estabelecido pelas condições materiais, sendo encoberto nesse processo os antagonismos que permeiam as relações.

Na Introdução do livro “Contribuição à crítica da economia política” de autoria de Marx (2008:47), ele vai apontar que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Assim, as formas produtivas vão moldar o ser social e negar o gênero humano, que são capturados pelos modos de produção e que reproduzem seus valores.

Marx (2011:94) em “O Capital” destaca que “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores”, ou seja, no processo de transformação da natureza, que advém de uma dada necessidade ontológica e que se resulta enquanto produto do trabalho, no capitalismo ele é apropriado e torna-se mercadoria tendo-lhe atribuído uma certa valoração. Dessa forma, o trabalho humano fica encoberto e o que assume forma é a relação social dos produtos do trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam

mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos. (MARX; 2011:94)

Ocorrem nesse processo a valorização das coisas e a desvalorização dos homens nas relações de produção, onde o trabalhador é desapropriado do resultado do seu trabalho não mais se identificando com ele e alienando-se não só do produto, mas de todo o processo de trabalho. Assim, têm-se relações invertidas, onde se estabelecem relações entre mercadorias e não mais entre sujeitos, sendo denominado por Marx de coisificação das relações ou de reificação.

A produção e a reprodução da riqueza material, inseparável da criação e da recriação das formas sociais de que se reveste, é um processo eminentemente social. É indissociável das relações sociais que na era do capital têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como representantes de classes antagônicas. O antagonismo de interesses que permeia tais relações, independente das relações ideológicas que se façam do mesmo é fato objetivo, dado pelo caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada dos meios e dos produtos do trabalho alheio (IAMAMOTO & CARVALHO; 2001:65)

O antagonismo de interesses que permeia as relações sociais³ é estabelecido pela acumulação de riquezas, que é monopolizada por uma parcela da sociedade denominada de classe capitalista, aonde ao mesmo tempo, a outra parcela da sociedade que é quem produz a riqueza, sofre com a pauperização. Segundo Iamamoto (IAMAMOTO& CARVALHO; 2001:66) essa relação ampliada do capital supõe uma “reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na *luta de classes*”.

³ “As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo”. (MARX; 2008:48)

Através do estabelecimento da luta de classes tem-se um dado processo de reprodução da dominação, no qual foram criadas pelas bases materiais e situa uma dada forma de sociedade. A dominação e a exploração são perpetuadas de formas sutis nas relações do cotidiano, sendo elas naturalizadas, normatizadas, destituídas de conflitos e contradições. Assim, o Estado acaba tendo um papel político enquanto instrumento da classe dominante para exercer a função de instrumento de reprodução dos valores dominantes no conjunto da sociedade.

Estas formas ideológicas são as aparências através das quais as relações sociais antagonicas se manifestam. A produção e a reprodução da ideologia é fruto do mesmo processo em que se reproduz a riqueza social como capital e o trabalho como trabalho assalariado. Porém, se as formas ideológicas encobrem a exploração, *não a eliminam*. ambas são produto contraditório do mesmo processo histórico, configurando-o como um “desenvolvimento histórico desigual”. As ideologias que se reproduzem na prática cotidiana são também absorvidas pela “ciência” ou pelos intelectuais “orgânicos” das classes dominantes. (IAMAMOTO & CARVALHO; 2001:67)

Em relação ao Serviço Social, a autora localiza a profissão enquanto um tipo de “especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”.⁴ (p.71)

⁴ “Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil. *O significado social do trabalho do trabalho profissional do assistente social* depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho preserve nas várias inserções ocupacionais, *o significado social de seu processamento não é idêntico as diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas*. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora”. (IAMAMOTO; 2010:215)

Por estar inserida nessa lógica, torna-se fundamental a compreensão de como a profissão se constituiu de forma determinada na história da sociedade brasileira, sendo localizada em um contexto de desenvolvimento do capital industrial, onde com a constituição do proletariado e da burguesia emergiu a “questão social”⁵. Diante de uma realidade em que o capitalismo monopolista se estabeleceu tem-se enquanto demanda um profissional especializado para lidar com os conflitos entre as classes.

Para Iamamoto (1998:62), o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social. As expressões da questão social são a matéria-prima para o trabalho profissional, onde tais expressões provocam a necessidade da intervenção desse profissional, o que torna necessário o conhecimento e a pesquisa da realidade em que se propõe a impulsionar mudanças. “Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *pano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho”.

Atuar junto às múltiplas expressões da questão social na realidade brasileira é perceber quais os processos sociais estão implicados na produção e na reprodução que são vivenciados pelos sujeitos em suas relações do cotidiano. Para Iamamoto (1998:62), é “nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experimentada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas”.

Por ser um trabalho especializado, a profissão está expressa sob a forma de serviços⁶, gerando determinados produtos: “interfere na

⁵ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social”. (IAMAMOTO & CARVALHO; 2001:77)

⁶ Segundo Iamamoto (1998:68): “os trabalhos que são desfrutados como *serviços* são aqueles que não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores que os executam e, portanto não têm

reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais”. (IAMAMOTO; 1998:69) O Serviço Social atua nas relações de consenso entre os interesses das classes dominante e subalterna, “contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social”.

Ele participa da produção/reprodução dos consensos, atuando diretamente com questões materiais e sociais que estão ligadas a sobrevivência da classe trabalhadora, viabilizando ações implementadas para a proteção dessa população. “O Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção em sua continuidade”. (IAMAMOTO; 1998:67) Para a autora a objetividade desse trabalho não é material, e sim social.

Apesar de estar subjulgado a lógica e as contradições da divisão social e técnica do trabalho⁷, o assistente social, tem a possibilidade de atribuir a direção social ao seu exercício profissional advinda da

existência independente deles como mercadorias autônomas. Esta forma de materialização do trabalho nada tem a ver com a sua exploração capitalista, visto que os serviços podem se constituir como trabalhos produtivos (de mais-valia), dependendo das condições e relações sociais em que são produzidos”.

⁷ “A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciais no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle de trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consonante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortem as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. Todavia, as atividades desenvolvidas sofrem outro decisivo vetor de demandas: as necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho de determinada autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos”. (IAMAMOTO; 2010:218-219)

autonomia a que dispõe e que está resguardada na legislação profissional. Assim, em seu cotidiano o assistente social precisa pensar em estratégias que possam lidar com situações singulares vivenciadas por sujeitos, famílias e grupos, que são cruzados pela determinação de classes.

É na dinâmica das relações entre as classes sociais e destas com o Estado e a sociedade inclusiva – na práxis social – que se encontram a fonte das problemáticas a serem enfrentadas e a chave de suas soluções. Assim, é lançando o olhar para um horizonte mais amplo, que apreenda o movimento da sociedade e as necessidades sociais aí produzidas, alvos potenciais da atuação do assistente social, que se torna possível iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho na trama das relações de classes. E desentranhar dos processos sociais uma nova agenda profissional e inéditos desafios que impulsionem a consolidação do projeto do Serviço Social brasileiro. (IAMAMOTO; 2010:221)

Por fim, cabe destacar que a abordagem do Serviço Social enquanto trabalho foi inaugurada na década de 1980 e reafirmada pela ABESS, no período de revisão curricular do curso de graduação em Serviço Social nos anos 1990. Foram realizados debates com o intuito de subsidiar e acelerar tal processo e que contasse com a participação do maior número de unidades de ensino a nível nacional.⁸ A partir das oficinas regionais e nacional, além do documento publicado no caderno ABESS n°7, foi que se escolheu para o currículo mínimo a sua direção: a questão social é a base da fundação do Serviço Social na sociedade, além de considerar a profissão como uma especialização do trabalho.

Já para José Paulo Netto, em seu livro clássico “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, o autor vai elaborar sua fundamentação teórica crítica direcionada para um profundo enraizamento da história brasileira e do capitalismo monopolista, sendo eles responsáveis pelo surgimento do Serviço Social no Brasil. Mediante a essa realidade, foi que o Serviço Social

⁸ Para maior aprofundamento acerca da temática buscar Cardoso (1996).

constituiu-se a partir de um dado *sincretismo*⁹ sendo ele formado pela “carência de um referencial teórico crítico-dialético” (NETTO; 2011:92).

Em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomadas abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as *conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.* (NETTO; 2011:18)

No capitalismo monopolista o que se tem como objetivo primário é viabilizar “*o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”. (p.20) Mediante a essa nova realidade, a intervenção do Estado tem como demanda inicial assegurar os objetivos econômicos do capitalismo monopolista, executando múltiplas funções, inclusive de objetivar e facilitar o controle dos mercados através das políticas públicas.

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o *seu* Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas

⁹ “O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. Três são os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original que se apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e sua modalidade específica de intervenção. Todo o complexo de outras determinações sincréticas próprias ao Serviço Social – valorações, componentes de referência teórica etc. – assenta em e concorre e reforça estas bases factuais”. (NETTO; 2001: 92)

formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO; 2011:26)

Conforme Netto (2011:30) destaca, “só é possível pensar em política pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista”, caracterizando uma administração sobre as sequelas da “questão social”. Assim, por meio da política social é que se configuram os sistemas de consenso entre os interesses da ordem do capital monopolista e a administração do Estado Burguês. “A funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho”, sendo ela para os trabalhadores empregados mediante as regulações das relações entre empregador/empregado, seja através de programas voltados para os que estão no exército industrial de reserva.

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/ Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. (NETTO; 2011:33)

Para o autor as políticas sociais públicas aparecem como os primeiros esforços da luta da classe trabalhadora. E é nesse processo que envolve um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que se possibilita a emergência do surgimento do Serviço Social como profissão. “Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde

concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear”. (p.69)

As condições sócio-históricas estabeleceram demandas para o surgimento desse agente e configuraram o que possibilitaria a emersão do mercado de trabalho. Entretanto, a profissionalização dessa categoria estaria vinculada enquanto uma *relação de continuidade*,¹⁰ no qual estaria vinculado “entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa”. (p.70)

Entretanto, a relação de continuidade não é única e nem exclusiva – ela coexiste com uma *relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão. *Substancialmente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade.* O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO; 2011:71-72)

A relação de ruptura concretiza-se com o que o autor denomina de “condição do agente e o significado social da sua ação”, onde o agente passa a ter uma relação de assalariamento e o seu fazer profissional é ressignificado socialmente por meio da reprodução das relações sociais. Esse agente passa a vender sua força de trabalho para um determinado mercado.

Destaca-se que o mercado de trabalho não se organiza para um dado profissional, que tem transformações no interior do seu referencial teórico ou em sua prática, mas tais mudanças resultam

¹⁰ “Esta relação é inegável e, em realidade muito complexa; de um lado, compreende um universo ideológico-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos – a Igreja Católica”. (NETTO, 2011:70-71)

da estruturação do mercado de trabalho. “Na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas *é a existência deste espaço que leva à constituição profissional*”. (NETTO; 2011:73)

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. (NETTO; 2011:73-74)

A ordem monopólica cria um espaço específico na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social, concebendo a necessidade da sua profissionalização para atuar junto ao enfrentamento da “questão social” executada pelo Estado por meio das políticas sociais. O assistente social, de acordo com Netto (2011:74) é *“um dos agentes executores das políticas sociais”*. Nesse caminho, o Serviço Social atua na execução das políticas, por meio da viabilização dos serviços e do fortalecimento da manutenção dos mecanismos de preservação e conservação da força de trabalho.

Logo, “o Serviço Social não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acolitas dos processos especificamente monopólicos da reprodução, da acumulação e da valorização do capital”. (p.76)

Enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: *é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem*. Seu travejamento ídeo-político original, portanto, não deixa lugar a dúvidas: numa apreciação macroscópica, ele tende ao “reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (Iamamoto, in Yamamoto e Carvalho, 1983:97). Está clara, nesta determinação, a conexão entre o Serviço Social e o protagonismo proletário (...) – *uma conexão reativa*. (NETTO; 2011:77)

No texto “A construção do projeto ético-político do Serviço Social”, Netto (2009) vai caracterizar as relações existentes entre os projetos societários e suas dimensões com os projetos profissionais. Sendo que, “os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão”. (p.4) Ou seja, ao longo das transformações sócio-históricas da sociedade brasileira a profissão sofreu transformações e se modificou tanto teoricamente quanto na sua intervenção prática, rompendo nos anos 70, com o conservadorismo profissional que a regia.

Tanto o projeto profissional atual, – que tem a liberdade como valor central¹¹ –, quanto o projeto profissional conservador

¹¹ “Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; dá um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. (NETTO; 2009:15)

vinculam-se a um dado projeto de sociedade. E é por isso, que o Serviço Social na execução das políticas sociais, posiciona-se politicamente e ideologicamente, atuando de forma que possibilite a transformação societária ou a manutenção da conservação do controle da classe trabalhadora.

Por fim, para Netto (2011:92), a natureza da prática profissional do assistente social é envolvida por um *sincretismo*, advindo não apenas da influência do capitalismo monopólico¹², mas do combinado de suas ações práticas advindas do cotidiano influenciada pelos parâmetros teóricos, culturais e ideológicos que a referenciam.

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da continuidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta *mesma* estrutura do cotidiano – disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos de ressocialização dirigida etc. -, conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como *manipulação planejada*. Não é cariz exclusivo do Serviço Social esta funcionalidade, que ele compartilha comum crescente elenco de especializações profissionais (cientistas sociais de todo o tipo que se dedicam a “tarefas práticas” a serviço do Estado e do capital, publicitários, *experts* em “relações industriais”, etc.); o que, porém, o singulariza neste exército de tecnólogos são as condições peculiares que a divisão social (e técnica) do trabalho imperante na sociedade burguesa consolidada e madura reserva para o seu fazer profissional. (NETTO; 2011:96)

Nesta perspectiva, o Serviço Social está inserido em uma dada saturação das funções executivas da profissão, que para o autor, vinculam-se “à subalternidade técnica e à modalidade específica da intervenção dos assistentes sociais”. (p.96) Com isso, ele aponta que

¹² Para maior aprofundamento acerca da temática NETTO (2011).

o assistente social “se vê posicionado de modo tal que o aparente sincretismo da matéria sobre o qual opera (a “problemática”) conjuga-se à perfeição com as condições da sua operação (a intervenção profissional como reordenadora de práticas e condutas cotidianas)”. (p.97)

É na atuação profissional que ocorre a materialidade desse sincretismo, tendo no centro de sua intervenção “a manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado”¹³. (p.97) Assim, o autor destaca duas implicações a partir da manipulação de variáveis:

- 1) A primeira é que ela demanda um conhecimento do social capaz de mostrar-se diretamente instrumentalizável. Menos que uma reprodução veraz do movimento do ser social, extraída da análise concreta de formas sociais determinadas, o que a intervenção manipuladora reclama frequentemente são paradigmas explicativos aptos a permitirem um direcionamento de processos sociais tomados segmentarmente. É visível a compatibilidade desta necessidade com a vertente teórico-cultural que funda as ciências sociais, inaugurada com o pensamento da matriz positivista; (...) basta assinalar esta compatibilidade e salientar que ela disponibiliza, à partida, o sistema de saber que referencia o Serviço Social aos mais variados influxos empiricistas e pragmáticos.
- 2) A segunda, intimamente associada à anterior, diz respeito à *reposição intelectual do sincretismo*: se a instância decisiva da intervenção profissional é a manipulação de variáveis empíricas, todas as linhas de análise lógico e formal-abstratas e todos os procedimentos técnicos se legitimam na consecução do exercício manipulador. O que concorre funcionalmente para esta finalidade é validado profissional e intelectualmente, independente do seu estatuto original (teórico ou interventivo). A conhecida máxima de Molière – *Je prends mon bien ou jé Le trouve* – ganha aqui estatuto

¹³ “É pouco importante indagar em que medida o processo de intervenção profissional de fato realiza esta manipulação; o que conta é que ela se apresenta idealmente como o escopo do assistente social: toda operação sua que não se coroa com uma alteração de variáveis empíricas (sejam situacional-comportamentais, individuais, grupais, etc.) é tomada como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e preparatórios. O curso da intervenção profissional está dirigido para ela e deve resultar nela. Não por azar, o traço da intervenção do Serviço Social é frequentemente identificado com uma tal alteração – que formulação tradicional subsumiu na rubrica do “tratamento”.”(NETTO; 2011:97)

de cânone profissional. É supérfluo fazer notar que o sincretismo, na sua reposição intelectual, traz como inevitável acólito o ecletismo teórico. (NETTO; 2011:98)

A última análise a ser apresentada é aquela que podemos descrever enquanto a mais polêmica, onde para o autor o Serviço Social não é considerado trabalho, o que ocasiona uma série de críticas: a análise é retratada por Sérgio Lessa. Para ele, “pensar o Serviço Social como trabalho seria uma forma de delimitar sua peculiaridade e, portanto, de definir sua identidade, na relação com as outras profissões”. (LESSA; 2000:38)

Primeiramente, pensar o trabalho para o autor, é buscar como ponto de apoio em Marx, à compreensão de que o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens¹⁴. Nesse sentido, ele sempre cumpre uma dada função social específica: “transformar a natureza nos bens materiais necessários à reprodução social”. (p.50) Ao transformar a natureza o homem transforma a si mesmo, efetivando um ato social que também possibilita a reprodução da sociedade e do seu desenvolvimento.

É esta inseparável relação do trabalho com a totalidade social que faz com que as necessidades que se apresentam na esfera do trabalho repercutam por todas as relações sociais, novamente, com todas as mediações devidas a cada caso. E, como a reprodução material é o momento decisivo da reprodução social, na maior parte das vezes as necessidades geradas na esfera do trabalho se apresentam na reprodução social com um peso maior que as necessidades geradas nas outras esferas da práxis social. É isto que significa, ainda que de forma simplificada, a afirmação de Marx, segundo a qual na história das sociedades o momento predominante é o desenvolvimento das forças produtivas. (LESSA; 2000: 50)

¹⁴ “O trabalho, a atividade vital, a própria *vida produtiva* aparecem ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma necessidade, da necessidade da manutenção da existência física. Mas a vida produtiva é a vida genérica. É a vida que gera vida. No modo de atividade vital reside todo o caráter de uma *species*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como *meio de vida*”. (NETTO; 2012:100)

Foi com o surgimento do trabalho excedente que surgiu às sociedades que se organizam da exploração do trabalho do homem pelo homem, o que possibilitou dentro das condições históricas a concentração de riquezas e dos meios de produção para um determinado grupo e a submissão e a exploração para aqueles que trabalham e vendem sua mão de obra^{15,16}. Para isso, “é indispensável que a sociedade desenvolva uma série de complexos sociais¹⁷” que reafirmem essa submissão. (p.50)

O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma *mercadoria*, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. (NETTO; 2012:95)

¹⁵ “É no trabalho que os homens se constroem como seres diferentes da natureza. É pelo trabalho que eles não apenas produzem os bens necessários à sua sobrevivência, como ainda produzem, ao mesmo tempo, as novas necessidades, que possibilitarão, à história caminhar em direção à construção de sociedades cada vez mais complexas. Contudo, a sociedade de modo algum se reduz ao trabalho. Pois as próprias novas necessidades produzidas pelo trabalho dão origem a complexos sociais que não mais fazem parte do trabalho enquanto tal. Um exemplo disso são as classes sociais. Elas se desenvolvem a partir das possibilidades de exploração do homem pelo homem dadas pelo desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento este, como vimos, que é gerado pelos novos conhecimentos, habilidades, necessidades e possibilidades geradas no próprio trabalho). Contudo, a luta de classes é algo muito mais amplo que o trabalho, embora ocorra também nesta esfera. A luta de classes possui um componente político, ideológico, cultural, possui formas de embate social (barricadas, greves, manifestações públicas, revoluções, etc.) que, de modo algum, podem ser reduzidas ao trabalho. Assim, o trabalho distingue o homem da natureza (e, neste sentido, funda o ser social), de modo algum podemos reduzir toda a sociedade ao trabalho. O conjunto total das relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico, é denominado de totalidade social”. (LESSA; 1999:27)

¹⁶ Segundo Marx (2011:102-103): “uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo”.

¹⁷ “Complexo social é o conjunto de relações sociais que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo. Assim a função social da fala (expressar o novo incessantemente produzido pelo trabalho tanto na consciência dos indivíduos como na comunicação indispensável entre eles) é distinta da função social do Estado (instrumento especial de repressão da classe dominante voltado à realização da exploração da força de trabalho das classes dominadas). Neste sentido preciso, o Estado é um complexo distinto da fala”. (LESSA; 1999:25)

Nesse sentido, “sem deixar de ser o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, o ato de trabalho passa a ser também (mas não apenas) uma relação de poder entre os homens”. (LESSA; 1999:25) Com isso, torna-se indispensável outros complexos sociais para efetivarem as relações de poder na relação entre os homens. Portanto, a categoria trabalho para essa análise é sempre o intercâmbio com a natureza, já em relação aos complexos sociais, “o objetivo é promover uma dada organização das relações sociais, [ou seja,] uma dada organização dos homens”.¹⁸

Cabe destacar, que Marx (1975:93) no “Capítulo inédito D’o Capital”, retrata acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, onde “do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mas concretamente numa mercadoria”. Assim, só é trabalho produtivo aquele que transforma a natureza diretamente e produz mais-valia, onde “o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital”.

Como o trabalho cumpre a função social da “autoconstrução dos indivíduos e das sociedades” (LESSA; 2000:53), as outras atividades humanas cumprem a função social de organizar os homens para que ocorra a realização do trabalho que é necessário à reprodução social. “Apesar de todas as enormes diferenças entre estes complexos, eles possuem algo em comum e que os distingue do trabalho: eles organizam os homens para a produção dos bens materiais, eles não objetivam esta produção”.

Há uma diferença ontológica fundamental entre organizar a vida social para tornar possível uma dada produção material e produzir os bens materiais. Pois organizar não é sinônimo de produção, nem do discurso nem da práxis social. (...) A função social das atividades humanas voltadas à organização dos homens para que a sociedade se reproduza é ontologicamente distinta da função social do trabalho. As primeiras organizam os homens

¹⁸ “Estes novos complexos sociais não se confundem com o trabalho, embora eles se relacionem constantemente. Enquanto o trabalho visa a transformação da realidade para a produção dos bens necessários à reprodução material da sociedade, os outros complexos sociais buscam ordenar as relações entre os homens. Nisto eles são radicalmente diferentes.” (LESSA; 199:26)

segundo necessidades predominantemente postas pela sua reprodução material, predominantemente postas pela sua reprodução material, predominantemente postas pelo trabalho – com todas as mediações cabíveis. O trabalho, por sua vez, tem a função de atender à necessidade primordial e eterna de toda sociedade: transformar a natureza nos bens materiais necessários à cada sociedade. (LESSA; 2000: 53-54)

O Serviço Social se encaixa nos complexos sociais, não sendo ele trabalho, já que, “não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social. Não cumpre ele a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens”. (LESSA; 2000:52)

Além disso, a práxis do Serviço Social é “incompatível com a centralidade ontológica do trabalho”. Nesse caminho, o autor apresenta em seu texto duas consequências caso se negue a distinção ontológica entre o trabalho e as práticas humanas, postulando a identidade entre Serviço Social e trabalho:

1) A primeira delas, puramente ideológica, filosófica: qual o fundamento do mundo dos homens? Se todas as práxis sociais são trabalho, se não há distinção entre as atividades de organização e de produção, se não há distinção entre as relações puramente sociais e a relação homem-natureza, como pode o trabalho ser a categoria fundante do mundo dos homens? Segundo Marx, o trabalho é a categoria fundante porque é ele que, ao transformar a natureza, predominantemente coloca as necessidades e as possibilidades de desenvolvimento histórico em direção a sociedades cada vez mais evoluídas. Isto significa que, para ele, o trabalho não pode ser idêntico à totalidade social (ou, em outras palavras, que as práxis não podem ser todas trabalho), pois é o trabalho que funda o ser social e não o contrário.

2) A segunda consequência da identificação entre Serviço Social e trabalho é mais diretamente sociológica política. Se identificarmos as práxis voltadas à organização da sociedade com a práxis material, ou seja, se identificarmos todas as outras formas de práxis (inclusive o Serviço Social) ao trabalho, não nos resta outra alternativa senão identificarmos como trabalhadores todos

aqueles que realizam toda e qualquer atividade social. (LESSA; 2000:52)

Portanto, para Lessa se todas as práxis sociais estiverem igualadas ao trabalho todos os sujeitos estarão enquanto proletários¹⁹, ocorrendo à anulação da diferença entre as classes sociais, além do cancelamento da distinção entre produção e organização. Por isso, “a tese que postula a identidade entre trabalho e Serviço Social coloca em xeque o fundamental da concepção marxista”. (LESSA; 2000:56)

Algumas considerações

Estudar a categoria trabalho à luz da perspectiva marxista e ter que relacioná-la ao Serviço Social não é uma tarefa fácil, mas torna-se fundamental para a compreensão dos fundamentos que envolvem não só apenas o surgimento da profissão, mas também de compreender a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, seu processo de execução e sua funcionalidade.

Portanto, conhecer o debate aqui apresentado, de forma sintética sobre a categoria trabalho, possibilita não só o conhecimento das diferentes perspectivas analíticas da inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, mas também viabiliza a reflexão para a construção de estratégias para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

É por meio das pesquisas e publicações dos autores, que são disputados não apenas os posicionamentos políticos e ideológicos da categoria profissional, mas também em relação à direção teórica e técnica da prática profissional. No texto “Proposta básica para o

¹⁹ “Entre os proletários e os outros trabalhadores produtivos há diferenças do ponto de vista de suas respectivas funções sociais (operam ou não o intercâmbio orgânico com a natureza), do ponto de vista da peculiaridade de suas práxis (local, instrumentos, métodos, etc.) e do ponto de vista da capacidade de as mercadorias que produzem servirem ou não de meio de acumulação (acumula-se capital em prédios, ferro, etc., mas não em horas de aula etc.). Quando se trata da relação entre o proletariado e os assalariados, como também já argumentamos, deve-se acrescentar mais uma distinção além destas três: há assalariados que não são trabalhadores produtivos. Devemos, agora, examinar um outro aspecto deste problema: há também uma diferenciação de classe entre o proletário e os outros assalariados”. (LESSA; 2011: 177-178)

projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”, publicado no Caderno ABESS n°7, ficam claros a defesa dos caminhos teóricos tratados e defendidos por Iamamoto. Tanto que, as diretrizes curriculares tem a questão social como eixo principal à fundação do Serviço Social. É claro que, nesse texto o debate se dispunha para outros encontros que se colocavam em disputa, todavia, foi essa direção teórica que se tornou hegemônica na profissão e continua até os dias de hoje.

Em seu livro “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”, Iamamoto (2010) apresenta as diversas teses tratadas sobre os fundamentos do trabalho profissional, até mesmo a defendida por Netto (2001) e brevemente exposta aqui neste artigo. A autora aponta a imensa contribuição que o autor tem na profissão, todavia expõe suas diferenças em relação à leitura dele sobre a profissionalização do Serviço Social. Uma de suas críticas está voltada a não resposta do autor a seguinte questão: “qual a especificidade da profissionalização, que se mostra, na fenomenalidade, como inespecificidade operatória?” (IAMAMOTO; 2010:275).

Já em Lessa (2011:90), o autor problematiza Iamamoto em relação a sua publicação “Serviço Social na Contemporaneidade”, onde ele a partir da obra levanta elementos sobre o debate da necessidade de requalificação por parte dos assistentes sociais para enfrentar novos desafios postos pela reestruturação produtiva ou se perderá determinados espaços no mercado de trabalho. Lessa (2011:90) questiona se é “no contexto desta qualificação que conceber o Serviço Social como trabalho seria uma exigência teórica indispensável por quê?”.

De acordo com Almeida (1996:29), “ao intensificar a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista e aproximá-la das discussões e recentes produções no campo da sociologia do trabalho, esse debate passou a ganhar força no nosso meio profissional”. Apesar de o autor estar tratando do assunto em um contexto datado, o debate permanece atual e ainda bem polêmico. Cabe destacar, que a perspectiva retratada por Iamamoto é a que delinea as diretrizes curriculares da graduação e da produção

intelectual hegemônica do Serviço Social, o que demarca uma dada hegemonia teórica.

Assim, o debate da categoria trabalho possibilita tratar do fazer profissional, problematizando não só as condições em que estão inseridos os assistentes sociais, mas também pensar a materialização do projeto ético-político profissional e seus possíveis impasses em tempos de capital fetiche. Mediante as questões levantadas, ficam aqui expressas notas iniciais acerca dos dilemas do debate que se perpetua na categoria profissional em relação à categoria trabalho e o Serviço Social frente suas diferenciações teóricas. É nesse processo de produção e divergência teórica que o Serviço Social tem se desenvolvido e amadurecido teoricamente, apresentando uma clara apropriação teórica da tese marxiana e assim, se colocado de outra forma frente às Ciências Humanas.

Bibliografia

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade n°52**, Editora Cortez, São Paulo, 1996.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes & ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade n°58**, Editora Cortez, São Paulo, 1998.

CARDOSO, I. Et AL. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS n°7** - Formação profissional: trajetória e desafios. ABESS/CEDEPSS, Editora Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14ª edição, Editora Cortez, Lima: CELATS, São Paulo: 2001.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 8ª edição, Editora Cortez, São Paulo: 1998.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4ª edição, Editora Cortez, São Paulo: 2010.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS, **Atribuições Privativas do/a Assistente Social: em questão,** 1ª edição ampliada, Brasília, 2012.

LESSA, Sérgio. “O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade”. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEAD, 1999, p.19-33.

_____. Serviço social e Trabalho: do que se trata? **Revista Temporalis 2** - Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas. Ano I, nº2, julho-dezembro, ABEPSS, Brasília: 2000.

_____. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** Editora Cortez, São Paulo, 2011.

MARX, K. **Capítulo Inédito D’o Capital.** Publicações Escorpião, Biblioteca Ciência e Sociedade nº 12,1975.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1, Volume 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

MOTA, Ana Elizabete & AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova Fábrica de Consensos**. Editora Cortez, São Paulo, 5ª edição, 2010.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade** n°50, Editora Cortez, São Paulo, 1996.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. IN: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Editora Cortez, São Paulo, 2011.

_____ (org.). **O leitor de Marx**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012.

Recebido em 14/04/2014
e aceito em 15/06/2014.

Resumo: *O presente artigo tem o intuito de apresentar de forma breve um retrato do debate acerca de um velho dilema tratado por importantes autores do Serviço Social: a categoria trabalho. O objetivo é trazer à tona as diferenças teóricas dos principais autores marxistas da profissão que estudam sobre o assunto. A partir do referencial marxista é que se apresentam os diferentes percursos analíticos do surgimento do Serviço Social onde a categoria trabalho se coloca enquanto fundamento principal para explicar não apenas o seu surgimento, mas a sua funcionalidade na sociedade. Portanto, realizou-se análise bibliográfica acerca do assunto no intuito de promover o debate sobre esta categoria analítica e como a mesma é retrata no Serviço Social abordando as suas principais diferenciações explicativas.*

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Marxismo.

Title: *"Portraits of Social Work": dilemmas of the working class in the contemporary debate*

Abstract: *This article aims to present briefly a picture of an old debate about dilemma handled by important authors of Social Work: the work category. The goal is to bring out the theoretical differences of the major Marxist writings of the profession who study on the subject. From the Marxist framework is that present different analytical paths of the emergence of social work where the work category arises as the main basis to explain not only its appearance, but its function in society. Therefore, we performed a literature review on the subject in order to promote discussion of this analytical category and how it is portrayed in Social Work addressing their main explanatory differentiations.*

Keywords: *Work; Social Service; Marxism.*
